



FAKE NEWS E EXTREMISMO POLÍTICO: uma análise da invasão do Capitólio e do atentado de 8 de janeiro

Isabela Doná Vitiello (IC) e André Cioli Taborda Santoro (Orientador)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

Em 6 de janeiro de 2021, o Capitólio dos Estados Unidos (EUA) foi ocupado por apoiadores de Donald Trump. Igualmente, a sede dos Três Poderes, em Brasília, foi tomada por seguidores de Jair Bolsonaro em 8 de janeiro de 2023. Os dois atos têm pontos em comum, sobretudo no modo como foram gerados. Este artigo investiga como líderes políticos podem corroborar o fenômeno das fake news e, assim, insuflar o extremismo político, fatores cruciais para as invasões em ambos os países. Com esse intuito, foi feito um levantamento bibliográfico relacionado às fake news como fenômeno, ao uso de fake news como ferramenta de extremismo político, às invasões no Brasil e nos EUA e às novas leis envolvendo fake news e inteligência artificial (IA). O objeto de análise foi uma série de postagens de políticos do Brasil na rede X, a partir das quais foi possível notar o uso das mídias sociais como ferramenta política, de propagação de fake news e de discurso de ódio. Concluímos que a desinformação é um fenômeno atual, difundido, principalmente, por plataformas digitais e pela IA.

Palavras-chave: Fake News. Desinformação. Extremismo político.

ABSTRACT

On January 6, 2021, the US Capitol was occupied by supporters of Donald Trump. Equally, the Three Powers Square in Brasília was occupied by followers of Jair Bolsonaro on January 8, 2023. The two anti-democratic acts share some points, especially in the way they were generated. Based on this, this article aims to understand how political leaders can corroborate the phenomenon of fake news and thus inflame political extremism, which were key issue in carrying out both invasions. A bibliographical survey was carried out on fake news as a phenomenon, the use of fake news as a tool for political extremism, the invasions in Brazil and the US and the new laws involving fake news and artificial intelligence. The object of analysis was a set of posts by Brazilian politicians on the X platform (formerly Twitter), from which it was possible to notice the use of social media as a political tool, the dissemination of fake news and the insufflation of hate speech. We concluded that disinformation is an intrinsic phenomenon of today, driven mainly by certain platforms in the digital world and by artificial intelligence.

Keywords: Fake news. Disinformation. Political extremism.

1. INTRODUÇÃO

Em 8 de janeiro de 2023, os brasileiros – e o mundo - assistiram à invasão da sede dos Três Poderes em Brasília. O ato, considerado um atentado terrorista pela Lei N° 13.260 da Constituição Federal, teve como percursora a insatisfação com o resultado das eleições realizadas em outubro de 2022, que derrotou o então presidente Jair Bolsonaro, que visava à reeleição, e elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato como chefe do Executivo. Durante a invasão, os bolsonaristas destruíram grande parte dos móveis e obras de arte contidas na sede, sendo o Supremo Tribunal Federal o mais atingido. O atentado, no entanto, não se baseou em uma mera infelicidade por parte dos apoiadores de Bolsonaro. Esses questionavam o resultado das últimas eleições, sob a alegação de que haviam sido fraudadas. Com essa motivação, bolsonaristas montaram, logo após o fim da votação eleitoral do segundo turno até janeiro, acampamentos em frente a quartéis gerais, a fim de protestar, pedir anulação das eleições e, em muitos casos, defender uma intervenção federal por parte das Forças Armadas.

O ataque no Distrito Federal envolveu milhares de pessoas, entre invasores, financiadores e idealizadores. Diante disso, questiona-se a maneira como tantos indivíduos foram mobilizados. O atentado somente foi possível graças às redes sociais. Além de vídeos incentivando a ocupação dos acampamentos e, conseqüentemente, a invasão em Brasília, as mídias sociais proporcionaram a base para o tão intenso extremismo político no Brasil: as fake news. Foi por meio de informações falsas e distorcidas que parcela dos brasileiros realmente acreditou que o resultado eleitoral fora uma grande fraude, ou seja, que Bolsonaro apenas não se manteve no poder por manipulação política, sendo que as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiros são comprovados por especialistas como seguros.

Poucos dias antes do ato antidemocrático em Brasília, completaram-se exatos dois anos de uma outra invasão, a do Capitólio nos Estados Unidos, consolidada em 6 de janeiro de 2021. A razão pela qual ocorreu tal ataque não se distancia do atentado de 8 de janeiro de 2023 no Brasil. Os invasores estadunidenses atuaram sob a justificativa de que as últimas eleições, realizadas em 2020, teriam sido também fraudadas, de modo que Joe Biden apenas derrotara Donald Trump por manipulação do resultado oficial. A ação violenta foi motivada, sobretudo, pelo ex-presidente Trump e seus apoiadores, que disseminavam fake news nas mídias sociais.

A perpetuação dos discursos falaciosos é possível pela velocidade da internet e a capacidade de compartilhamento nas redes sociais. Nos últimos tempos, o que mais preocupa é o desenvolvimento da Inteligência Artificial, capaz de gerar as chamadas “deep fakes”, isto

é, imagens e sons que são manipulados, sendo, por diversas vezes, impossível distinguir se trata-se de algo verídico ou inventado.

O presente artigo visa averiguar de que maneira políticos impulsionaram a disseminação de fake news e auxiliaram na perpetuação de ideais extremistas, que resultaram no ataque de 8 de janeiro, com características semelhantes à invasão do Capitólio. Objetiva-se compreender como políticos podem fomentar o fenômeno da desinformação e insuflar o extremismo, que justamente geraram um cenário propício aos ataques antidemocráticos. Para tal, são analisadas postagens na rede social X, compartilhadas pelos personagens políticos Carla Zambelli, Nikolas Ferreira e Jair Bolsonaro.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Fake news como fenômeno

Carvalho e Mateus (2018) apontam que, atualmente, a grande quantidade de informações nos meios de comunicação soma-se à necessidade de informação e à urgência de se noticiar em primeira mão. Como consequência, cria-se uma perda de controle do que é produzido no meio digital. Diante de tais condições, é nítido que se forma um ambiente propício à produção de notícias falsas e desinformação.

Com efeito, surgem as atuais fake news, que se revelam como o uso da perda da verdade na prática noticiosa. Paralelamente, há o conceito de “desinformação”, caracterizado pela falta de conhecimento e “informação falsa, dada no propósito de confundir ou induzir a erro” (HOUAISS, 2015). Em realidade, as fake news podem ser criadoras da desinformação, na medida em que levam à má informação (SATHLER; SATHLER, 2021, p. 73).

Considerando o ambiente digital, a propagação de informações mentirosas ou deturpadas são impulsionadas por mais um relevante fator – a Inteligência Artificial. De maneira alarmante, a IA permite a geração das “deep fakes”, técnicas que manipulam conteúdos audio-visuais, podendo ser propagadoras de fake news (ESPM, 2021). Isso porque, com o aperfeiçoamento das Inteligências Artificiais, alguns conteúdos impossibilitam a distinção entre o que é real e o que é manipulado.

A disseminação de narrativas enganosas faz surgir o fenômeno “firehosing”, termo derivado de “fire hose” ou “mangueira de incêndio”, traduzido. Trata-se de uma analogia à disseminação de uma narrativa – que pode ser falsa – em um fluxo rápido, em larga escala e constante. Deste modo, as pessoas passam a receber a mesma informação de todos os lados, uma repetição que cria no indivíduo uma sensação de familiaridade, levando-o a considerar o conteúdo como verdadeiro (MELLO, 2020, p. 24-25).

Diante de todos os fatores apontados, que culminam no alastramento de fake news com grande potência, uma iniciativa de pesquisa promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2022 (online), mostrou que notícias falsas podem circular 70% mais rapidamente em relação às notícias verídicas.

O impacto da desinformação mostra-se tão intenso que, em 2018, o Instituto Mundial de Pesquisa divulgou um estudo que, traduzido, foi nomeado “Notícias falsas, filtro de bolhas, pós-verdade e verdade”. Como resultado, obteve-se que 62% dos entrevistados brasileiros admitiram já terem acreditado em fake news (online, 2020). Ademais, o Poynter Institute estudou, em 2022, que 4 em 10 cidadãos no mundo afirmam receber diariamente notícias falsas. Focando apenas no Brasil, esse número é ainda mais amplo: 65%.

No entanto, a disseminação de mentiras não se mostra como um novo fenômeno, de modo que já é histórica a produção de desinformação e circulação de teorias conspiratórias. O que ocorre é que a internet proporcionou mudanças na sociedade e, assim, impactou a forma como a sociedade se comunica e se informa (ALVEZ; MACIEL, 2020, p. 149). Logo, a internet e a popularização das mídias sociais não criaram o fenômeno da desinformação, mas construíram um contexto que permitiu a difusão massiva de mentiras em velocidade historicamente surpreendente.

Uma vez capaz de moldar a ideia de realidade, o fenômeno da desinformação possui cunho político, visto que a sociedade está dividida em “grupos antagônicos”, num mundo “marcado por radicalizações políticas e por uma espécie de guerra ideológica” (ALVEZ; MACIEL, 2020, p. 151).

2.2 Fake news e o extremismo político

Se há alguns anos os políticos utilizavam-se exclusivamente de seu carisma e poder de retórica para cativar e atrair eleitores, hoje em dia contam com ferramentas ainda mais poderosas para se relacionar com as massas – as mídias sociais.

Nesse sentido, Empoli apud Cardoso (2019) analisa que líderes políticos são responsáveis por direcionar conteúdos falsos para alcançar engajamento popular e influenciar resultados de manifestações políticas. A articulação das fake news são, na história recente, utilizadas por alguns governos, podendo listar-se Donald Trump e Jair Bolsonaro, ex-presidentes dos EUA e do Brasil, considerados exemplos de políticos extremistas, cujas formas de liderança são marcadas, dentre outros aspectos, por mentiras e insultos.

O estudo “The Spread of True and False News Online” computou que falsos rumores tiveram seu auge no final de 2013, 2015 e ainda de 2016, que corresponde ao ano das eleições presidenciais cujo vencedor foi Trump (online, 2018).

Ao mesmo tempo, Grando e Maciel (2019) afirmam que o cenário político brasileiro de 2018 teve grande repercussão nacional e internacional justamente por conta da disseminação das fake news. Por conseguinte, o termo “extremismo”, antes muito utilizado com relação a questões religiosas, passou a denotar questões políticas. Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro começou a questionar a legitimidade das urnas eletrônicas oficiais.

A influência da desinformação na política também foi escancaradamente evidente nas vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2022 no Brasil. No contexto, o Ipec divulgou uma pesquisa que apontou que 85% dos eleitores, já na época, acreditavam que as fake news poderiam causar impacto nas eleições (online, 2022).

As fake news recorrentes nas mídias sociais criam os extremos políticos, e os discursos extremistas propagados não se restringem a criar narrativas contra inimigos políticos, mas utilizam também argumentos que insuflam o ódio.

Como consequência do extremismo, há a polarização, fazendo surgir as chamadas “bolhas”. Trata-se de grupos que se prendem às próprias narrativas, estando propensos a aceitar qualquer tipo de informação – inclusive e, em sua maioria, as falsas – desde que se adeque às suas crenças.

Deste modo, a preocupação com a interferência de mentiras on-line nas eleições tem crescido nos últimos tempos, alertando sobre a regulamentação da utilização de Inteligência Artificial nas eleições municipais no Brasil e as eleições presidenciais nos Estados Unidos, que vêm a ocorrer em 2024.

2.3 Recentes atentados no Brasil e nos Estados Unidos

No dia 8 de janeiro de 2023, o Congresso brasileiro foi alvo de um ataque antidemocrático que, pela Lei N° 13.260, foi um atentado terrorista. O estopim da invasão foi a insatisfação com o resultado das eleições presidenciais ocorridas em outubro de 2022, cujo vencedor foi Luiz Inácio Lula da Silva. Questionando o resultado oficial e alegando que houvera fraude, apoiadores de Bolsonaro reivindicaram a anulação das eleições.

O ataque em Brasília ocorreu dois dias depois de completarem-se dois anos de outra invasão. Em 6 de janeiro de 2021, o Capitólio foi invadido nos Estados Unidos. De maneira semelhante, os invasores estadunidenses alegavam que as eleições realizadas em 2020 haviam sido fraudadas, de maneira que Joe Biden apenas ganhara e, assim, derrotada Donald Trump, por manipulação do resultado oficial.

É necessário ressaltar que, horas depois de os trumpistas atuarem em Washington, Jair Bolsonaro manifestou-se em seus perfis virtuais para, em tom de ameaça, desacreditar o

processo de eleições no Brasil: “se nós não tivermos o voto impresso em 22, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter problema pior que os Estados Unidos” (ARAÚJO, 2023).

Braun (2023) aponta as semelhança do caos gerado por bolsonaristas em Brasília com o que aconteceu em Washington dois anos antes. Além do uso de violência e destruição, Bolsonaro, político de extrema-direita, dividiu o país em posições extremistas que se acentuaram com a volta de um governo de viés mais de esquerda, sob a retórica de fraudes eleitorais. A mesma estratégia havia sido utilizada por Trump e sua equipe dois anos antes.

Contudo, os argumentos sobre as supostas fraudes mostram-se infundados, uma vez que urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiros são comprovadamente seguros, de acordo com testes feitos por USP, Unicamp e UFPE (RIBBEIRO, 2018). No caso dos EUA, também não existem provas concretas de inconfiabilidade acerca da votação oficial.

Toda a ação mobilizada pelos trumpistas e bolsonaristas apenas se deu por meio da utilização das mídias sociais. Foram nos canais digitais que as fake news foram amplamente disseminadas, perpetuando a ideia de fraudes nos resultados das eleições.

Ressalta-se que, meses antes de bolsonaristas passarem a defender um golpe de Estado, um texto atribuído a Jair Bolsonaro foi disparado nas redes sociais, contendo um ataque contra ministros do STF e do TSE, às urnas e aos institutos de pesquisa. Com a ampliação das investigações, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, afirma que, indubitavelmente, o remetente da mensagem foi Jair Bolsonaro (LIMA, 2023).

2.4 Novas legislações relacionadas relacionadas às mídias digitais

Nos últimos tempos, vêm sendo mobilizadas no Congresso Nacional iniciativas que visam à regulamentação do uso dos meios digitais, como a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Fake News, instaurada em 2019, tendo Lídice da Mata (PSB-BA) como relatora.

Em conformidade com a plataforma digital oficial do Senado, a CPMI que versa sobre as Fake News teve como pretensão investigar, dentre outros casos, ataques na internet que atentam contra a democracia e o debate público, e o uso de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições ocorridas em 2018. Assim, a comissão identificou a emissão, de maneira ilegal, de mensagens em massa durante a campanha eleitoral pela chapa de Jair Bolsonaro, também chamada de “gabinete do ódio” (VEJA, 2023).

Todavia, o trabalho da CPMI das Fake News foi paralisado em 2020, devido à pandemia, e não foi retomado em 2022 por conta das eleições (SILVA, 2023). Embora a comissão tenha sido concluída sem cumprir seu plano inicial, Lídice da Mata não considera a ação como um fracasso: “conseguimos pautar a discussão sobre fake news, abrimos uma caixa de pandora, subsidiamos o debate sobre o projeto 2630” (RESENDE, 2022).

Conforme disponível no portal online da Câmara dos Deputados, a Agência Câmara de Notícias, o PL 2630, citado pela relatora, institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Ela determina medidas de combate à disseminação de conteúdos falsos nas redes sociais e serviços de mensagens privadas. As plataformas com mais de 2 milhões de usuários deverão regular a existência de contas geridas por robôs e limitar o número de envios de uma mesma mensagem. O texto prevê também que a divulgação de desinformação terá punição de até três anos de prisão (SANTOS, 2023).

O PL das Fake News foi alvo de diversas polêmicas, sobretudo, por parte dos opositores do atual governo de Lula. Alguns parlamentares alegam que a nova lei é uma forma de censura. Evidentemente, a repercussão se estendeu pelas mídias digitais.

Levantamentos da agência de inteligência em dados e mídias .MAP, divulgados pelo portal online do Estadão (2023), calculou que apoiadores do ex-presidente Bolsonaro tiveram uma participação de 46,3% nas discussões sobre o projeto 2630 nas plataformas digitais, durante a votação do regime de urgência do projeto de lei na Câmara dos Deputados, em abril de 2023. A proposta, então, passou a ser chamada de “PL da Censura”, termo impulsionado com o espalhamento da hashtag #NãoaoPL2630. Assim, ainda segundo o estudo, 35,5% das postagens sobre o tema vincularam o projeto de lei ao termo “censura”.

A polêmica se estendeu às chamadas “big techs”, principais empresas de tecnologia, que apontam o PL das Fake News como antidemocrático, uma ameaça à liberdade de expressão e que podem responsabilizar as empresas de mídia, gerando processos judiciais. Isso porque o projeto trata da responsabilização das empresas e possível suspensão de aplicativos, caso não cumpram decisões judiciais a respeito do conteúdo de postagens (BRAUN, 2023).

No final de fevereiro de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou resoluções que regulamentam o uso da Inteligência Artificial (IA) na propaganda política. As novas normas já vigoram para as eleições municipais de 2024 (TSE, 2024).

Passam a ser proibidas as “deepfakes”; o uso de IA deve ser avisado quando presente na propaganda eleitoral; e não é permitida a utilização de robôs para simular diálogos entre eleitores e candidatos ou qualquer outro indivíduo. As grandes empresas de tecnologia devem retirar do ar, por exemplo, conteúdos com desinformação, discurso de ódio e falas antidemocráticas (TSE, 2024).

Essas iniciativas de novas legislações são mais modernas, inclusive, que as dos Estados Unidos, ainda que o país também seja passível de ter a Inteligência Artificial interferindo nas próximas eleições. Alguns estados norte-americanos já aprovaram leis que proíbem a

utilização de IA, e a Comissão Eleitoral Federal já está debatendo esse cenário, embora não haja expectativas de haver decisões para as próximas eleições (MARTINS, 2024).

2.5 Análise de postagens

A rede social Twitter, hoje chamada X, é uma ferramenta utilizada por diversos políticos do mundo, incluindo os brasileiros, para garantir a comunicação com a sociedade e manifestar seus posicionamentos.

As opiniões ideológicas de políticos do Brasil ficaram, especialmente, evidentes nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil e no ataque em Brasília no início de 2023.

Dessa forma, é relevante analisar posts do dia 29 de outubro de 2022, um dia antes da realização do segundo turno das eleições presidenciais. Isso porque foi um dos momentos finais para que os políticos pudessem pedir votos aos eleitores até então indecisos, reforçar a escolha dos apoiadores e atacar os adversários. Esses tipos de postagens também foram feitas no dia seguinte, 30 de outubro, até o término do horário de votação. Em seguida, alguns políticos fizeram publicações durante a apuração oficial dos votos e, então, manifestaram-se diante do resultado final, que confirmou a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, assumindo seu terceiro mandato.

Também são importantes objetos de estudo as postagens feitas no dia 8 de janeiro de 2023. Elas mostram a reação e os posicionamentos dos políticos quanto ao movimento antidemocrático, ocorrido em Brasília naquele dia.

Um dos principais políticos é o ex-presidente Jair Bolsonaro, assíduo do X (Twitter) e que se mostra peça fundamental para compreender tanto as eleições presidenciais quanto o atentado de 8 de janeiro. A deputada Carla Zambelli (PL-SP), apoiadora de Jair Bolsonaro, também costuma ser ativa no X (Twitter). Ela teve sua conta suspensa temporariamente, entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023, por ordem do Tribunal Superior Eleitoral, que considerou certas publicações como inverídicas. Do mesmo modo, o deputado estadual de Minas Gerais Nikolas Ferreira (PL-MG) é uma figura crucial para compreender a relação entre fake news e extremismo político. Apoiador de Bolsonaro, Nikolas posta duras críticas ao atual presidente, Lula, e teve diversas postagens excluídas por determinação do TSE, em virtude da disseminação de desinformação.

Diante desse contexto, é notória a prevalência de alguns padrões de postagem. Os três personagens citados acumulam posts que demonstram como os políticos de hoje utilizam as mídias como uma espécie de palanque político, isto é, usam as redes sociais como ferramenta para se promover e atrair apoiadores. Outras publicações são exemplos de insuflação de extremismo político, em que os políticos não só se opõem a adversários, como também

apelam para discursos de ódio inflamados. Ainda, há posts que disseminam as inerentes fake news. Para identificar quando se trata de fake news, é de extrema relevância a utilização de plataforma de fact-checking, mecanismos de controle que verificam a veracidade de informações. Isso porque “as agências de checagem e os sites que verificam informações falsas em circulação nas redes sociais têm o objetivo nobre de evitar que as fake news se espalhem de forma descontrolada” (PAIERO; SANTORO; SANTOS, 2020, p. 139).

29 de outubro de 2022 – Carla Zambelli

Na véspera do segundo turno das eleições presidenciais, a deputada Carla Zambelli realizou dezenas de postagens no X (Twitter). Em uma delas, Zambelli compartilhou uma promessa de campanha feita por Bolsonaro: o aumento do salário mínimo para 1400 reais. Também publicou um vídeo em que o então candidato proclamava o início hino nacional, seguido de outras pessoas que representavam diferentes povos e camadas da sociedade brasileira. O vídeo termina com o lema repetido por Bolsonaro durante toda a sua gestão presidencial: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Tais exemplos comprovam a tese do uso das redes sociais como ferramenta política, algo que ganhou forças nos últimos anos.

No mesmo dia, Zambelli compartilhou, em ao menos duas publicações no X (Twitter), mensagens que recebeu, em outros aplicativos, de pessoas desconhecidas que haviam proferido ataques utilizando termos de baixo calão. Para entender o caso, é necessário ressaltar que nesse mesmo dia, a deputada fora flagrada apontando uma arma para um homem na região dos Jardins, zona oeste da cidade de São Paulo. Que o conflito ocorreu já foi comprovado, no entanto, as circunstâncias ainda geram polêmicas. Se por um lado Zambelli afirma ter sido hostilizada e derrubada ao chão pelo homem, apoiador de Lula, outros afirmam que Carla tropeçou e caiu sozinha, e consideram desmedida a reação diante do opositor, ainda mais considerando a proibição de porte de arma de fogo próximo ao dia das eleições. O incidente foi tratado na rede social pela deputada e teve grande repercussão. Ela retuitou uma publicação de Fábio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social do governo Bolsonaro, em que prestava solidariedade à deputada por ter sido, em suas palavras, agredida.

Complementarmente, Zambelli transcreveu os artigos 301 e 302 da Constituição, que, respectivamente, prevê a prisão de qualquer um encontrado em flagrante delito e considera como flagrante delito aquele que se presume ser autor da infração. Logo, é uma forma de a deputada afirmar que, ao ser - como ela mesma diz – perseguida, foi vítima de um crime.

Esses posts comprovam que as mídias sociais podem ser um ambiente de difusão de ódio, insuflando o extremismo político. Junto a esses casos, a deputada ainda realizou ataques a outro alvo: os veículos jornalísticos. Ela afirma que os veículos fizeram a estética

prevalecer ao conteúdo, tornaram a liberdade em violência, e a violência da censura em uma virtude.

Outro veículo foi atacado pela deputada: o UOL. Carla disse que, para o UOL, o conceito de democracia seriam “drogas, soltura de presos, promiscuidade, aborto e censura acima de tudo”. A fala acompanhou uma manchete do veículo jornalístico, onde se afirmava que, no final do debate entre presidentes na rede Globo, Bolsonaro repetira um lema fascista: “Deus, Pátria, Família e Liberdade”. Na imagem, Zambelli sublinhou o termo “fascista”.

A origem do lema repetido por Bolsonaro é, sim, ligada ao fascismo, de modo que o UOL não se equivocou em sua manchete. “Deus, Pátria e Família” foi criado pela Ação Integralista Brasileira, movimento de extrema-direita no Brasil, fundado em 1932 e liderado por Plínio Salgado, com forte inspiração no fascismo italiano (CARVALHO, 2021).

O X (Twitter), assim como outras plataformas, abre espaço às fake news. Zambelli afirmou que Lula estaria utilizando um ponto eletrônico no ouvido durante o último debate presidencial, ocorrido na Globo, o que seria uma forma de trapaça, de burlar as regras instituídas pela organização do debate. Contudo, a informação não é verdadeira, conforme comprovou o “Fato ou Fake”, serviço de checagem de notícias, oferecido pelo grupo Globo. O “Fato ou Fake” classificou como “fake” a declaração do uso do ponto eletrônico por Lula. Os vídeos que circulavam nas redes, em realidade, não mostravam um ponto no ouvido, mas sim, o petista apontando para a própria orelha, informando que não conseguia ouvir seu adversário. A Globo afirmou que “este serviço [ponto eletrônico] não foi oferecido, solicitado ou sequer disponibilizado para nenhum dos candidatos”.

29 de outubro de 2022 – Jair Bolsonaro

Na véspera das eleições presidenciais, o ex-presidente Jair Bolsonaro também se manifestou no X (Twitter) em cerca de 30 postagens, sendo que a maior parte delas foi utilizada para pedidos de votos. Bolsonaro publicou “22 compromissos que farão do Brasil um país mais próspero, mais livre e mais seguro para todos”, uma lista de propostas que continha, por exemplo, a democratização dos serviços digitais, com isenção de impostos para compra de celulares populares e a criação de uma tarifa social para planos de dados. Ainda, Bolsonaro fez comparações com seu adversário Lula, afirmando que o petista não havia atuado em prol dos microempreendedores individuais, estando “preso na época em que o brasileiro mal recebia o peixe e era escravizado”. Logo, além de tentar atrair apoiadores com suas propostas, Jair inflamou sua fala por meio da comparação com o petista.

Também, Bolsonaro publicou um vídeo, gravado no mesmo dia, em que aparece em Belo Horizonte, fazendo uma “motociata”, como são chamados seus passeios de moto com apoiadores, muito recorrentes ao longo de seu mandato.

O vídeo poderia ser, aparentemente, um mero compartilhamento de um comício, se não fosse pela legenda usada pelo ex-presidente. Dentre outras informações, Bolsonaro escreveu: “os vovôs, as vovós e os nossos jovens serão decisivos amanhã, assim como as tias do zap”. O pedido de votos para o segundo turno, que viria a ocorrer no dia seguinte, 30 de outubro de 2022, chama a atenção pela mobilização das “tias do zap”. Ficaram conhecidas assim as pessoas de mais idade que utilizam, sobretudo, a plataforma do WhatsApp para realizar mobilizações de cunho político, comumente em grupos virtuais que reúnem familiares. Contudo, ao longo dos últimos anos, tais usuários ganharam uma característica a mais – obtiveram popularidade ao fazer propagandas políticas por meio da disseminação massiva de mentiras.

Tal cenário merece ser observado, uma vez que a perpetuação de mensagens com informações falsas torna-se fácil na medida em que se passa em grupos de familiares e amigos. Mello (2020) aponta que o usuário, ao receber informações de pessoas próximas, tende a ter maior confiança, dando alto grau de credibilidade à notícia, ainda que falsa. Em estudo realizado pela Ideia Big Data, citado por Tas (2020), 43% dos entrevistados afirmaram acreditar em notícias enviadas por amigos, e 52% confirmaram crer em informações recebidas de membros da família. Assim, uma possível interpretação acerca do pedido de apoio às “tias do zap” é o apelo às fake news com intuito de impactar resultados políticos.

Outra ação relevante do ex-chefe do Executivo, em 29 de outubro, foi o compartilhamento de um vídeo em que o então presidente estadunidense Donald Trump pedia para que o povo brasileiro votasse em Bolsonaro a fim de continuar mantendo o Brasil como um país respeitado pelo mundo. O político brasileiro, então, escreveu que o país contava com “apoio de nações democráticas e não de ditaduras socialistas como no passado”. A interação entre os dois então presidentes revela a forte ligação entre governos de extrema direita. Foi por meio desse apoio, que ambos passaram a fomentar o mesmo discurso extremista de supostas fraudes eleitorais, o que, como já trabalhado, culminou nos ataques antidemocráticos nos dois países.

Ademais, Bolsonaro adotou uma postura extremista ao postar um trecho do último debate entre presidentes, promovido pela rede Globo, antes do segundo turno de votações. Nele, o ex-presidente afirma, de maneira satírica, que Lula fora absolvido pelo William Bonner, jornalista que mediava o debate. Em seguida, afirma que o petista, em realidade, não fora absolvido, apenas descondenado.

Tal postagem também pode ser encaixada como uma oposição aos veículos jornalísticos. Além de descredibilizar o jornalista Bonner, nessa mesma publicação, Jair referiu-se à emissora como “a nossa maravilhosa rede Globo”, em claro tom de ironia. Nessa linha, o político também ironizou a Folha de S. Paulo, que apresentou, em uma de suas manchetes, “entenda por que Lula é inocente sem ter sido inocentado”. Diante disso, Bolsonaro tuitou: “é preciso reconhecer que eles [jornalistas] estão se esforçando”, uma maneira de ridicularizar a Folha.

Ainda em 29 de outubro, Jair compartilhou, em letras maiúsculas, o lema que marcou seu mandato: “Brasil acima de tudo; Deus acima de todos”. Uma análise da frase permite extrair características peculiares da ideologia carregada por Bolsonaro. Segundo Azevedo e Cavalcanti (2022), “Brasil acima de tudo” remete à memória de “Deutschland über alles” (“Alemanha acima de tudo”), slogan surgido durante o regime nazista. Para as autoras, utilizar os termos “acima de tudo” era uma defesa ao nacionalismo-extremista. Juntamente, há o discurso religioso, presente em “Deus acima de todos”, revelando um aspecto do típico da gestão de Bolsonaro, a religiosidade (algo, é importante ressaltar, não presente no regime nazista).

Depois, Bolsonaro publicou uma foto em que usava a faixa presidencial. Após citar o versículo bíblico de Efésios 6:11-12, o político escreveu, de novo em letras garrafais, “que Deus abençoe o nosso amado Brasil”. A publicação exemplifica, novamente, aspectos da ideologia e gestão bolsonaristas: a simbiose entre nacionalismo e religiosidade.

29 de outubro de 2022 – Nikolas Ferreira

O deputado Nikolas Ferreira também se manifestou em 12 postagens. Como exemplo de uso da plataforma X (Twitter) como ferramenta política, Nikolas pediu aos seguidores para votarem, no segundo turno das eleições, em governadores ligados à chapa de Jair Bolsonaro, no Espírito Santo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em São Paulo. Em outro post, escreveu: “amanhã, vote 22”.

Ferreira também compartilhou dois vídeos em que participava da “motociata” promovida por Jair Bolsonaro em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em um deles, o deputado declarou que o ex-presidente Bolsonaro já havia vencido o segundo turno, que viria a ser realizado no dia seguinte.

Ainda nas vésperas das eleições, o mineiro ainda aproveitou para ironizar Lula. O então candidato à presidência havia falado, em sua campanha, que os brasileiros teriam poder aquisitivo para consumir picanha. No debate seguinte, utilizou o termo “churrasquinho” e,

depois, “comida”. Diante disso, Nikolas comentou: “a crise econômica já começou logo entre as falas”, uma forma de opor-se a Lula.

30 de outubro de 2022 – Carla Zambelli

Carla Zambelli divulgou na plataforma X (Twitter) o link de um site que seria o canal oficial de denúncias dos “fiscais do Bolsonaro”, onde apoiadores poderiam registrar “suspeitas” e “irregularidades”. Com isso, a deputada sugere que ela mesma reconhece que as mídias sociais são passíveis de perpetuar desinformação.

Na mesma data, Zambelli compartilhou o versículo bíblico: “ainda que eu ande pelo vale das sombras, não temerei, porque Tu Senhor Deus estás comigo”. Na postagem, Carla comentou que o “sonho de liberdade” de 51 milhões de brasileiros continuaria vivo. Levando em conta que, no primeiro turno das eleições de 2022, Jair Bolsonaro recebeu 51.072.345 votos, ou seja, 43,2% (CERQUEIRA, 2022), a publicação configura uma insinuação de que toda a massa que votou Bolsonaro não deveria perder as esperanças. Nesse sentido, Zambelli completou o “tweet” prometendo que seria a maior oposição que Lula “jamais imaginou ter”, um claro exemplo de rivalidade e insuflação de ódio no meio político.

30 de outubro de 2022 – Nikolas Ferreira

Nikolas Ferreira fez cerca de 20 postagens, todas relacionadas à eleição, desde a votação até a apuração dos votos. Em diversas publicações, o deputado mineiro citou o bloqueio realizado pela Polícia Rodoviária Federal em estradas brasileiras durante o período de votação. Também apontou os bloqueios como cruciais para impedir a passagem de ônibus fretados, que, na visão de Ferreira, seriam responsáveis pela compra de votos. Nesse sentido, Nikolas pediu para que o Tribunal Superior Eleitoral não interviesse na ação da PRF, publicando que o TSE estaria, nas palavras do deputado, garantindo o “voto de cabresto”. Porém, em seguida, compartilhou uma manchete do portal Metrôpoles, que afirmava que Alexandre de Moraes, presidente do TSE, dissera que as supostas irregularidades por parte da PRF estariam dentro código de trânsito.

Apesar de a publicação do Metrôpoles ser verídica e comprovada por outros veículos de comunicação, que mostraram que Alexandre de Moraes afirmara que as operações no trânsito não haviam impedido eleitores de votar, a atuação da Polícia Rodoviária viria a ter intensas repercussões nos meses seguintes. Em 9 de agosto de 2023, Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF, nomeado durante o governo Bolsonaro, foi preso pela Polícia Federal, em investigação justamente sobre interferências no segundo turno das eleições de 2022. Foi comprovado que, durante a votação, a Polícia Rodoviária Federal realizou mais de 500 operações no transporte de eleitores em várias estradas do Brasil, algo que, segundo a PF,

configura “os crimes de prevaricação e violência política”. Trata-se de uma investigação acerca do uso da máquina pública para interferir no processo eleitoral (CNN, 2023).

Em 20 de junho de 2023, Silvinei Vasques depôs na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro. O ex-diretor negou qualquer irregularidade nas blitzes da PRF e disse não ter usado seu cargo para beneficiar Bolsonaro nas eleições. É importante ressaltar que, no sábado anterior ao segundo turno, Silvinei Vasques compartilhou, em sua conta no Instagram, uma imagem da bandeira do Brasil, com os dizeres “Vote 22, Bolsonaro presidente”, mas a postagem foi apagada horas depois (CNN, 2023).

Ainda em 30 de outubro, Nikolas fez quatro publicações ao longo da apuração oficial dos votos. Após anunciar o início da contagem, o deputado tuitou, em certo momento, que Bolsonaro havia empatado com Lula. Em seguida, afirmou que o então presidente estava à frente na votação e compartilhou uma imagem que mostrava o candidato petista com 49,94% dos votos em Minas Gerais, enquanto Bolsonaro mantinha 50,06% dos votos no estado. A postagem exibiu que 15,76% das urnas já haviam sido totalizadas.

Apesar de Ferreira ter demonstrado otimismo com a possível reeleição do presidente, é preciso destacar que Bolsonaro sequer ganhou em Minas Gerais, reduto político de Nikolas. No segundo turno, em disputa acirrada, Lula totalizou 50,2% dos votos mineiros, ao passo que Bolsonaro recebeu 49,8% (UOL, 2022).

8 de janeiro de 2023 – Carla Zambelli

Não se pode elencar postagens de Carla Zambelli na data em questão. Isso porque no início de novembro de 2022, a deputada teve, por decisão do TSE, grande parte de seus perfis nas redes sociais bloqueada, situação revertida apenas em fevereiro do ano seguinte. No X (Twitter), houve um aviso apontando que a conta havia sido “retida no Brasil em resposta a uma demanda judicial” (G1, 2023).

8 de janeiro de 2023 – Jair Bolsonaro

No dia do ataque contra a sede dos Três Poderes em Brasília, Jair Bolsonaro, em duas publicações, citou ações realizadas em sua gestão, como a modernização da logística nacional de transporte e a conclusão de mais de 300 obras por parte do Ministério da Infraestrutura.

Ademais, Bolsonaro afirmou repudiar as acusações sem provas feitas por Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse caso, o ex-presidente refere-se à fala de Lula, replicada por outros políticos, de que o ato antidemocrático apenas teria ocorrido por meio do incentivo e de criações de narrativas por parte de Bolsonaro. Diante disso, Jair tuitou que, ao longo de seu

mandato, esteve “dentro das quatro linhas da Constituição, respeitando as leis, a democracia, a transparência e a nossa sagrada liberdade”.

Com relação à violência empregada nos atos de cunho golpista, Bolsonaro afirmou que manifestações pacíficas fazem parte da democracia, no entanto, depredações e invasões de prédios públicos, como os que ocorreram no dia, fugiriam à regra. No mesmo post, o político de extrema direita disse que a invasão de 8 de janeiro seria semelhante às depredações feitas pela “esquerda” em 2013 e 2017.

Analisando tal comentário, nota-se que Bolsonaro tentou dissociar sua imagem dos ataques golpistas. Ainda que ele não estivesse presente no ato, teve fundamental participação. Isso pois os manifestantes atuaram sob o discurso, proferido pelo político nos meses anteriores, de que as eleições haviam sido fraudadas. Ainda com esse intuito, Bolsonaro tentou inverter a narrativa. Ao invés de reconhecer que o ataque fora, em sua maioria, executado por apoiadores de extrema direita, Jair cita manifestações que culminaram em depredações em 2013 e 2017, realizadas, principalmente, por manifestantes do espectro político da esquerda.

8 de janeiro de 2023 – Nikolas Ferreira

Em publicação única, foi compartilhado um vídeo em que se opunha aos ataques em Brasília, mas afirmando que a esquerda teria provocado danos muito maiores nas manifestações de 2013. Deste modo, junto com o vídeo, o deputado escreveu: “sou contra, mas não tenho amnésia”.

As manifestações de esquerda de 2013, citadas por Nikolas e Jair, foram as ocupações de ruas, em diversas partes do Brasil, por manifestantes que, no início, protestavam contra o aumento da tarifa do transporte público. A pauta foi ampliada, com reivindicações de mudanças políticas, na saúde e na educação. Na época, as ruas da Esplanada e a rampa do Congresso Nacional foram tomadas pelos manifestantes (YAMAGUTI, 2023).

Já as manifestações de 2017 citadas por Bolsonaro foram movimentos contra a reforma da previdência e trabalhista defendida pelo então presidente Michel Temer. As ações foram lideradas pela Central Única dos Trabalhadores, ligada ao Partido dos Trabalhadores, e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os dois movimentos de esquerda (BEDINELLI, 2017).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, nota-se que a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, e o ataque à sede dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, têm diversas

características em comum, sobretudo, o discurso que os provocou. A motivação de ambos foi clara: fake news. Isso porque, durante meses, Jair Bolsonaro alegou que as eleições que o derrotaram e, portanto, elegeram Luiz Inácio da Silva foram fraudadas. A mesma retórica fora usada por Donald Trump, que afirmava que houvera manipulação dos resultados oficiais das eleições, após ser derrotado por Joe Biden. Nos dois casos, não há provas concretas que sustentem as alegações de fraudes.

No entanto, é provável que os discursos falaciosos sozinhos não teriam culminado nos ataques antidemocráticos, pelo menos não em tamanha magnitude. Pode-se concluir que os atentados apenas ocorreram porque as mentiras foram disseminadas no ambiente digital, criando, portanto, um fenômeno intrínseco aos avanços tecnológicos do mundo contemporâneo.

Isso não significa, contudo, que as mentiras são exclusividade da atualidade. Pelo contrário, falácias sempre existiram, o que muda agora é a velocidade de propagação e o alcance global, perpetuando a disseminação. Além disso, as manipulações tornam-se, cada vez mais, sofisticadas, como as “deep fakes”, de modo que fica praticamente impossível distinguir o real do falso.

Logo, é evidente o impacto direto que a utilização de mídias sociais tem no universo político. É cada vez mais recorrente que políticos usem o digital para se posicionarem e terem contato com apoiadores (e até mesmo com opositores), constituindo uma nova forma de relacionamento entre líderes e massas. Nesse sentido, uma relevante rede a ser considerada é o X (antigo Twitter).

Conforme trabalhado, são importantes figuras que se manifestam no X o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Os três são assíduos do X e assemelham-se por utilizarem a rede como ferramenta para proclamar falas de ódio, que culminam no extremismo político; para se promover; e para disseminar fake news. Assim, os discursos falaciosos e de ódio impactam diretamente o resultado de manifestações políticas.

Com toda a problemática, urge a criação de legislações sobre o uso das mídias sociais, dado o fato de que há pouca regulação nessa área na Constituição brasileira. Com efeito, são preocupantes as eleições municipais e presidenciais que virão a acontecer em 2024, respectivamente, no Brasil e nos Estados Unidos.

No entanto, elaborar leis desse tipo é extremamente delicado pragmaticamente, já que esbarra em diversos outros temas polêmicos.

Muitos usuários – aqui, com ênfase nos políticos – alegam que regulamentar as redes sociais culminaria em uma nova forma de censura, como visto no caso da tramitação do PL das Fake News, que recebeu a alcunha de “PL da Censura”. A rechaça também foi feita pelas “big techs”, que temem que as leis recaiam em processos judiciais envolvendo as empresas.

Ainda que não haja consenso sobre a regulamentação das redes sociais e que muitos projetos não tenham tido completo êxito em sua aprovação, colocar o tema em pauta é de suma importância para alertar os políticos e o restante da sociedade sobre os perigos que a perpetuação desenfreada de fake news pode causar. Sendo que, conforme visto nos ataques ao Capitólio e em Brasília, de maneira indubitável, uma das maiores afetadas pelo fenômeno da desinformação é a democracia.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. *O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto*. Internet & Sociedade, São Paulo: InternetLab, ed. 1, p. 147-151, 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 14 de mar. 2023

ARAÚJO, Mateus. *Bolsonaro 'avisou': da invasão ao Capitólio aos atos golpistas em Brasília*. São Paulo: UOL, 10 jan. de 2023. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/01/10/em-tom-de-ameaca-bolsonaro-previa-ataque-golpista-a-brasil-desde-2021.htm>. Acesso em 25 mar. 2023.

BBC News Mundo. *Invasões em Brasília: 3 semelhanças (e 3 diferenças) com a invasão do Capitólio nos EUA há 2 anos*. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64220636>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BEDINELLI, Talita. *Esquerda volta às ruas e tenta articular greve geral contra as reformas do Governo Temer*. São Paulo: El País, 31 de mar. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/30/politica/1490900263_754660.html. Acesso em 10 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.206, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm. Acesso em 5 abr. 2023.

BRASIL. Senado Federal. *Aprovação do PL das Fake News é defendida em debate no Conselho de Comunicação Social*. Brasília: [s.n], 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/08/aprovacao-do-pl-das-fake-news-e-defendida-em-debate-no-conselho-de-comunicacao-social>. Acesso em 2 set. 2023.

BRAUN, Julia. *Infiltrados em protesto? As fake news 'importadas' dos EUA após eleição e invasão em Brasília*. São Paulo, BBC News Brasil, 13 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-64243831>. Acesso em 25 mar. 2023.

BRAUN, Julia. *O que big techs criticam em PL e ações sobre regulamentação das redes no Brasil*. Londres: BBC News Brasil, 18 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2q1l2y2735o>. Acesso em 25 ago. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). *Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara*. Brasília: Câmara dos Deputados, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara/>. Acesso em 20 ago. 2023.

CARDOSO, Ivelise de Almeida. *Uma análise sobre como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo usados para disseminar o ódio, medo e influenciar eleições*. Revistas USP, São Paulo, número 34, dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/download/176131/168697>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CARVALHO, Mariana Freitas Caniello de; MATEUS, Cristielle Andrade. *Fake news e desinformação no meio digital: análise da produção científica sobre o tema na área de Ciência da Informação*. Belo Horizonte: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16901>. Acesso em 11 ago. 2023.

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva; AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. *O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”*. Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 7, jan-abr. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufjr.br/index.php/policromias/article/download/49295/28673/146957>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

CBN. *Nikolas Ferreira tem conta no Twitter suspensa por fake news sobre eleição*. 5 nov. 2023. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/391723/nikolas-ferreira-tem-conta-no-twitter-suspensa-por.htm>. Acesso em 14 mar. 2023.

CERQUEIRA, Carolina. *No 2º turno, Bolsonaro teve 400 mil votos a mais em 2022 do que em 2018*. 20 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/no-2o-turno-bolsonaro-teve-400-mil-votos-a-mais-em-2022-do-que-em-2018/#:~:text=Quando%20foi%20eleito%20presidente%2C%20Bolsonaro,primeiro%20turno%20atrás%20de%20Lula>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

CNN. *Quem é Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da PRF preso em investigação sobre interferência nas eleições*. 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-silvinei-vasques-ex-diretor-geral-da-prf/#:~:text=Em%2025%20de%20novembro%20de,policia%20durante%20as%20eleiçõ%20presidenciais..> Acesso em 9 out. 2023.

ESPM. *Deep fake: uma tecnologia que parece real*. São Paulo: 30 set. 2021. Disponível em: https://jornalismorio.espm.br/destaque/deep-fake-uma-tecnologia-que-parece-real/?utm_campaign=PMAX-INSTITUCIONAL-POS-GRADUACAO-SP-2024_1&utm_medium=ppc&utm_source=adwords&utm_term=&hsa_mt=&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&hsa_kw=&hsa_acc=2913696268&hsa_grp=&hsa_tgt=&hsa_src=x&hsa_ad=&hsa_cam=20943521494&qad_source=1&qclid=CjwKCAiAopuvBhBCEiwAm8jaMccf6l0zPrJPiXUBmJfhpani9KF_xtkp6q8uIVJtMUdTld6F0-R0rxoCFyEQAvD_BwE. Acesso em 5 mar. 2024.

FORBES. *“Pós-verdade” é escolhida a palavra do ano pelo Dicionário Oxford*. 16 nov. 2016. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2016/11/pos-verdade-e-escolhida-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford/>. Acesso em 26 ago. 2023.

G1 Eleições. *Carla Zambelli tem contas retidas nas redes sociais*. 1 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/carla-zambelli-tem-conta-removida-pelo-twitter.ghtml>. Acesso em 9 out. 2023.

G1. *Ipec: 85% dos brasileiros acreditam que fake news podem influenciar as eleições deste ano*. 6 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/09/06/ipec-85percent-dos-brasileiros-acreditam-que-fake-news-podem-influenciar-as-eleicoes-deste-ano.ghtml>. Acesso em 25 mar. 2023.

GRANDO, Juliana Bendin; MACIEL, Renata. *Os direitos humanos e o extremismo político*. Revista Ricardi, São Luís, v. 7, agosto/dezembro de 2019. Disponível em: <http://urisaoluiz.com.br/site/wp-content/uploads/2020/01/Revista-7a-edição-1-Artigo-10.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOTORYN, Paulo; CARVALHO, Igor. *“Deus, Pátria, Família”*: Bolsonaro usa lema da Ação Integralista Brasileira em carta à nação. São Paulo: Brasil de Fato, 09 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/deus-patria-familia-bolsonaro-usa-lema-da-acao-integralista-brasileira-em-carta-a-nacao>. Acesso em 11 out. 2023.

LIMA, Daniela. *Fake news disparada por Bolsonaro foi parar em página de golpistas*. G1, 23 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2023/08/23/mensagem-disparada-por-bolsonaro-foi-parar-em-pagina-de-golpistas.ghtml>. Acesso em 25 ago. 2023.

MARTINS, Américo. *Eleições nos EUA: uso de deepfake e IA revela problema que pode se repetir no Brasil*. Londres: CNN Brasil, 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/eleicoes-nos-eua-uso-de-deepfake-e-ia-revela-problema-que-pode-se-repetir-no-brasil/>. Acesso em 7 mar. 2024.

O GLOBO. *Atos terroristas: os 11 pontos para entender tudo desde o 8 de janeiro*. Exame, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/atos-terroristas-os-11-pontos-para-entender-tudo-desde-o-8-de-janeiro/>. Acesso em 25 mar. 2023

PATRÍCIA Campos Mello comenta sobre a “tia do zap”. Direção e produção: Cultura. [S.l]: UOL, 21 out. 2020. 1 vídeo. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/programas/provoca/videos/2512_patricia-campos-mello-comenta-sobre-a-tia-do-zap.html. Acesso em 23 fev. 2024.

RESENDE, Leandro. *Sem concluir investigações, CPI das Fake News deve encerrar os trabalhos*. Rio de Janeiro: CNN Brasil, 09 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/sem-concluir-investigacoes-cpi-das-fake-news-deve-encerrar-os-trabalhos/>. Acesso em 20 ago. 2023.

RIBBEIRO, Leonardo. *A pedido do TSE, universidades testam urnas e concluem que são seguras*. Brasília: CNN, 26 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-pedido-do-tse-universidades-testam-urnas-e-concluem-que-sao-seguras/>. Acesso em 5 abr. 2023.

SANTOS, Natália. *PL das Fake News: aliados de Bolsonaro dominam debate e tese de ‘censura’ prevalece nas redes*. São Paulo, ESTADÃO, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/pl-2630-fake-news-bolsonaro-narrativa-censura-levantamento-map-nprp/>. Acesso em 24 ago. 2023.

SATHLER, André Rehbein; SATHLER, Malena Rehbein. 150 termos para entender política. 4 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021.

SENADO FEDERAL (Brasil). *CPMI Fake News*. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>. Acesso em 15 ago. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. *O perigo das fake news*. Paraná: TJPR, 19 de jun. de 2020. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnIQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false. Acesso em 25 mar. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Pílulas contra a desinformação*. Brasília: TSE, 06 jun. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/pilulas-contra-a-desinformacao-noticias-falsas-circulam-70-mais-rapido-do-que-as-verdadeiras>. Acesso em 25 mar. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). *TSE proíbe uso de inteligência artificial para criar e propagar conteúdos falsos nas eleições*. Brasília: TSE, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/tse-proibe-uso-de-inteligencia-artificial-para-criar-e-propagar-conteudos-falsos-nas-eleicoes>. Acesso em 5 mar. 2024.

UOL. *Presidente por estado*. 30 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/apuracao/2turno/>. Acesso em 24 fev. 2024.

UOL. *TSE manda Zambelli apagar fake sobre manipulação de urnas em sindicato*. São Paulo: 6 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/06/tse-manda-zambelli-apagar-fake-sobre-manipulacao-de-urnas-em-sindicato.htm>. Acesso em 14 mar. 2023.

VEJA. *Muito barulho por nada: como terminou a última CPMI aberta no Congresso*. 25 abr. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/muito-barulho-por-nada-como-terminou-a-ultima-cpmi-aberta-no-congresso>. Acesso em 21 ago. 2023.

VELASCO, Clara. *É #FAKE que Lula usou ponto eletrônico em debate da Globo*. G1, 29 out. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/eleicoes/noticia/2022/10/29/e-fake-que-lula-usou-ponto-eletronico-em-debate-da-globo.ghtml#:~:text=É%20%23FAKE.&text=As%20mensagens%20são%20acompanhadas%20de,ponto%20eletrônico%20durante%20o%20debate>. Acesso em 6 out. 2023.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. *The Spread of True and False News Online*. Science, 9 mar. 2018. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap9559>. Acesso em 25 ago. 2023.

YAMAGUTI, Bruna. *Manifestações de junho de 2013: passada uma década, pessoas que participaram dos atos relembram os protestos*. Distrito Federal: G1, 04 jun. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/06/04/manifestacoes-de-junho-de-2013-passada-uma-decada-pessoas-que-participaram-dos-atos-relembram-os-protestos.ghtml>. Acesso em 10 out. 2023.

Contatos: isabeladvitiello@gmail.com e andre.santoro@mackenzie.br